

197  
pelo presente Ato, que depois de lido, submetido a aprovação Plenária, aprovada, em sessão  
da para que produza os seus efeitos legais.

~~Ata da Sessão~~  
Ata da Segunda Sessão Or-  
dinária do Primeiro Período Legisla-  
tivo da Câmara Municipal de Cabo Frio  
realizado no dia 25 de abril do ano  
de mil novecentos e noventa e cinco.

Atas das mesmas horas do dia 25 de abril do ano de mil  
novecentos e noventa e cinco, sob a Presidência em exercício do Vereador  
Antônio Carlos Peruro da Cunha e com o empacado do Primeiro Secretário pe-  
lo Vereador Luiz Antônio de Nello Lobo, reuniu-se Ordinariamente a Câmara  
Municipal de Cabo Frio. Além desses responderam a chamada regimental os segun-  
dos Vereadores: Adailton Pinto de Andrade, Joaquim Schwindt e Milton Roberto Per-  
uro de Souza. Não havendo número regimental, o Senhor Presidente em exercício sus-  
pendeu a presente Sessão por quinze minutos. Reiniciando os trabalhos, o Senhor  
Presidente em exercício Vereador Antônio Carlos Peruro da Cunha solicitou ao Senhor  
Primeiro Secretário Vereador Luiz Antônio de Nello Lobo a chamada regimental. Além  
desses responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Adailton Pinto de  
Andrade, Aires Bessa de Figueiredo, Alfredo Luiz da Rocha Correto, Carlos Roberto de  
Souza dos Santos, Dirlei Peruro da Silva, Eduardo Corio Kilo, Joaquim Schwindt,  
Marcos da Rocha Mendes, Milton Roberto Peruro de Souza, Orlando da Silva Per-  
uro, Silas Rodrigues Pinto e Waldir Maurício de Aguiar Neto. Havendo número regi-  
mental, o Senhor Presidente em exercício declarou aberta a presente Sessão em  
nome de Deus. A seguir foram lidas e aprovadas as seguintes Atas: Ata da Segun-  
da Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo e Ata da Sessão  
Extraordinária da Câmara Municipal de Cabo Frio, ambas realizadas no dia  
quatro de abril do ano em curso. A seguir, o Senhor Presidente em exercício Ver-  
eador Antônio Carlos Peruro da Cunha após o cumprimento do rito regimental sol-  
licitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que constou do se-  
guinte: Ata nº 062, de 05 de abril de 1995, assunto: Mercia Lobo Oficial de três dias e

partir do dia 05/04/95, pelo falecimento do Senhor Antonio Serra, Requerimento n.º 036/95 de autoria do Senador Waldir Maurício de Aguiar Neto, assunto: Solicita ao Exm.º Senhor Prefeito Municipal, informações quanto ao despejo de material de lixo no mangueiral do Canal de Hapiu e Barque Buile, Requerimento n.º 037/95 de autoria do Senador Waldir Maurício de Aguiar Neto, assunto: Solicita ao Presidente da Eq. Nacional de Uralis, estudos para a instalação de hidrômetros, ao longo do Rde de distribuição de água para a Uralis., Indicação n.º 020/95 de autoria do Senador Luiz Antonio de Melo Sobos, assunto: Solicita ao Exm.º Senhor Prefeito Municipal a construção de passarela com guarda-corpo para pedestre, ao lado da Ponte na antiga Estação dos Passageiros, atual Wilson Mendes, próximo a Escola Municipal Cecília Joqueira da Guia no Bairro Jacaré. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente em exercício proferiu a tribuna aos Senadores inscritos em livro próprio. Como único orador na tribuna, ocupou a tribuna o Senador Alfredo Luiz da Rocha Barros, do PT, destacando em seu discurso: Criticou o que considerava supérfluos políticos, já tradicionais na sociedade e que haviam condenado o fato de não uso de suas atribuições e também como relato da matéria, ter contestado parecer do Tribunal de Contas do Estado aprovando as contas do exercício de 1984 do Prefeito Clair Ferriz. Disse que o regime era democrático e assim se sustenta dia quando adversários tradicionais na cidade se uniam a crítica quando desmolestra o seu mandato, observando ainda, que a Câmara se mostrava lenta em tais julgamentos, quando já deveriam estar sendo analisadas as contas do governo passado. Com relação a Lei Orgânica no seu Artigo 19, disse que após os julgamentos das contas, deveriam as mesmas ficarem disponíveis aos cidadãos e, emvidos as instituições, órgãos políticos e Associações de Senadores. Ainda sobre o mesmo Artigo destacou que o Prefeito e Presidente da Câmara deveriam nomear pessoas de competência e de relevante sabedoria profissional para ficarem a disposição dos cidadãos e prestarem esclarecimentos, sublinhando assim, o verdadeiro estado democrático. Jomenteu que ao longo do tempo da história política administrativa no do País, não fosse permitido ao cidadão comum participar da administração pública, distorcendo a finalidade que tinha, no sentido de iluminar, para acompanhar a execução orçamentária. Falou de bom proveito



do Senhor Prefeito, em recente documento enviado as entidades do "MSEM" estadual, com o uso de expressões como "eu dou", "estou dando", "eu dei", quando na realidade não deu nada, o que reunimo uma flagrante apropriação privada dos investimentos públicos, enfatizando o Senhor do PT que ninguém era dono do que era público. Falou que o sub-produto de tal estado privado gerava o sub-produto da corrupção e, o elitismo, o favorecimento. Abstraiu que não era com bater "siviano" ou "bilhano", mas combateria a todos aqueles que no meio de tudo levavam apenas em conta interesses particulares, podia apontar exemplos no passado e no presente. Distacou que para o Senhor dos trabalhadores, o Prefeito foi Corrupto em suas gestões sempre praticara o mesmo mal, abria do sempre no interesse do empreendimento imobiliario. Falou que sua primeira gestão o Prefeito foi Corrupto permitiu que muitos grupos, proximos ao seu Governo, pudessem exercer no ocupação desordenado do solo. Disse que quando o Prefeito foi Corrupto transferiu o Prefeitura para o "rinhinho", a eloro para todos, que estava tudo incorporado, excluindo o interesse imobiliario. Disse não apimava que achava roubo, mas, achava o favorecimento de um setor. Falou de como não podia ser privatizado um Estado ou um Municipio e da necessidade de se transformar em Público o que no presente era estatal, porque o que era estatal não era público, pois estava nas mãos de grupos políticos e economicos que definiam interesses próprios. Falou do novo hospital para incremento da construção civil, com a qual não tinha problemas diretamente, mas deveria haver a discussão quando se tratava de interesse público. Disse que nada tinha contra os que desejassem investir capital na construção civil, mas não podia permitir que interesses públicos se dessem servir a tais investidores. Falou sobre a necessidade do poder público definir um conjunto de prioridades, não se restringindo apenas a Saúde e Educação, mas, outras situações, como saneamento, zona rural, populações periféricas a serem urbanizadas, e ali o melhor atendimento nos serviços. Falou das eem crianças da localidade de Fazendinha que estudavam em São João, na Escola Bulina de São Marcos, e falou das carências vividas pela Comunidade rural de Fazendinha, com relação a energia elétrica e água entendendo que atender tais situações era prioridade. Falou que o propósito do PT no mercado pelo fim da corrupção, principalmente nos processos

de violação, no combate ao desperdício, acreditando no Projeto maior da reestruturação do elemento público dos serviços. Disse que por tais razões não interdiou a pressão em sentido contrário quando analisara as contas do Município referentes a 1987, considerando os comentários imprevistos, e para sua surpresa vindo de ambos os lados, de adversários que eram comuns. Observou que no fato, o Tribunal fora um Tribunal de Paz de conta "fazendo com que irregularidades não fossem irregularidades, pois era que estava escrito e assinado. Quanto aos que afirmavam que era assim mesmo, ponderou que realmente há muito tempo as coisas assim aconteciam, e, gerando a corrupção, o clientelismo, o favorecimento, o surrimento dos "coronéis" que em Cabo Frio tinham outro nome, mas tinham o mesmo poder. Disse que por tal estrutura criada, surgiram tais sub-produtos negativos da Administração Pública. Citou que no seu Relatório das Contas de 1987, em momento algum afirmava a existência de corrupção, e na verdade fizera apenas uma discussão do que havia sido o Parecer Prévio do Tribunal de Contas. Adiante, disse que em sua inspeção extraordinária a Prefeitura de Cabo Frio, o Tribunal encerra três folhos de irregularidades, para no final um sujeito chamado Aloizio Gama, que fora Prefeito de Nova Iguaçu e morava na Barra da Ilha, era titular do Tribunal de Contas. Afirmou que seguir as Contas do Senhor Aloizio Gama poderiam ser analisadas, criando um "dossiê" em Nova Iguaçu, não tendo respaldo para analisar contas de ninguém, porque devia muito. Citou que o Senhor Aloizio Gama era o sub-produto final de tudo, do "maravilhoso" que fora armado pelo Senhor Brizola, pelo Senhor Roberto Franes na Assembleia Legislativa para legitimar irregularidades de administrações municipais, no dizer de Ricardo Gómeza, "banais e comuns", e que tinha que haver benevolência. Afirmou que um Tribunal não podia ser benevolente. Disse estar determinado que continuasse sendo apurado o que estava escrito nos autos do Parecer Prévio do Tribunal de Contas, em relação as contas do Município em 1987, no que encerrou sua fala. Não havendo mais assuntos levantados para o uso do Tribunal, o Senhor Presidente transportou os trabalhos para a Ordem do Dia. Nesta etapa foram aprovadas as seguintes matérias: Quebrado requerimento de Urgência nº 028/95 para o Projeto de Lei nº 011/95.



Aprovados os Requerimentos nº 036/95 e 037/95. Aprovado a Indicação nº 020/95 eliminada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente em exercício pronunciou a tribuna para Explicação verbal. Ocupou a tribuna em Explicação Verbal o Vereador Alcindo do Silva Ferreira do PDT, manifestando sua opinião sobre o andamento dos trabalhos naquela Sessão, destacando a questão do saneamento e, principalmente a atuação do Governo Municipal. Disse estar desencantado com a Prefeitura, pensando até mesmo em largar a vida pública, ou, terminar o seu mandato e dedicar-se ao seu trabalho esquecendo-se de todos os problemas arduos pelo Município. Disse que se tal atitude estaria contribuindo para o resguardo de sua saúde e a saúde de muitos estabelecimentos, e, também, a saúde de muitos Vereadores. Disse que a mediocridade da Administração Municipal estava atingindo níveis insuportáveis, não admitindo que a Bancada que se reúne com o Prefeito, não conseguisse sequer um sistema de limpeza urbana digno para o Município. Falou que os terrenos baldios da Avenida do Centro não estavam servindo de esgoto de entulhos e lixo, e, que a pista ficava quase intransitável. Falou da ineficiência e inoperância do Serviço de Obras e Serviços Públicos e que a cidade não suportava tanta sujeira. Comentou sobre a Reunião havida com o Prefeito por ocasião, para a qual fora convocado o Secretário de Obras e Serviços Públicos, tendo o Exe cutivo exigido pelo menos eficiência na limpeza do Município. Falou das obras realizadas na confluência das Avenidas Teixeira e Souza e Joaquim Magalhães, e que decorridos mais de trinta dias, durante a reunião a que se referia, fora objeto de manifestação do Prefeito junto ao Secretário de Obras, tendo inclusive o Senhor Prefeito comentado que batera com a cabeça em um dos buracos daquela local. Indagou por que não se buscava uma pequena parte dos "royalties" em asfalto para recuperar as principais Avenidas da Cidade. Falou dos seus temores com o mudança da Prefeitura para o "centrinho", pois certamente o Prefeito iria para o seu Gabinete sem passar pela cidade, e, pior, sem tomar conhecimento de suas necessidades. Convocou aos Vereadores da Bancada Quinquista, para que em menor tempo possível, para fazer com que o Secretário de Obras atendessem as exigências da Comunidade. Lamentou que no condão de Vereador da Bancada do Governo, fosse obrigado a fazer condentes eithas, aduzindo ainda que

não isto se calar enquanto não houver uma solução para tantos problemas  
cuja solução estava principalmente na dedicação do Governo. Assim encerra  
sua fala. Não havendo mais oradores para o uso do tribuna em explicação  
pessoal, o Senhor Presidente em exercício encerra a presente Sessão em nome  
de Deus, marcando uma Sessão Extraordinária para dentro de quinze minutos.  
É para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, sob  
há a aprovação definitiva, aprovada, e assinada para que produza os efei-  
tos legais.

Ata da Sessão Extraordinária da Câ-  
mara Municipal de Cabo Frio, realiza-  
da no dia seis de abril do ano de  
mil novecentos e noventa e um.

As dez e nove horas do dia seis de abril do ano de  
mil novecentos e noventa e um, sob a Presidência em exercício do Vereador  
Antônio Carlos Pereira da Cunha, e com a ocupação da Presidência Secretaria pe-  
lo Vereador Luiz Antônio de Melo Cabos, reuniu-se Extraordinariamente a  
Câmara Municipal de Cabo Frio. Além disso, responderam a chamada re-  
gimental os seguintes Vereadores: Adailton Pinto de Andrade, Aires Bezerra de  
Figueiredo, Alfredo Luiz da Rocha Barreto, Carlos Roberto Diqueira dos Santos, Vir-  
to Pereira da Silva, Eduardo Correia Neto, Joaquim Schmidt, Milton Roberto Per-  
eira de Souza, Orlando da Silva Pereira, Silas Rodrigues Berto e Waldemar Baurício  
de Aguiar Neto. Havendo número regimental o Senhor Presidente em exercício  
declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, o Senhor Presi-  
dente em exercício disse que convocara a Sessão Extraordinária tendo em vis-  
ta a aprovação do Requerimento de Urgência nº 038/95 para o Projeto de Lei nº  
011/95 de autoria do Vereador Carlos Roberto Diqueira e que assim sendo, a comi-  
ssões técnicas se reuniram para emitir um parecer em conjunto. Após as  
discussões, o Senhor Presidente em exercício colocou em votação o Parecer Sa-  
razarível em conjunto ao Projeto de Lei nº 011/95, sendo aprovado por unani-  
midade. Nada mais havendo a falar, o Senhor Presidente em exercício encer-